

ATA DA OITAVA (8ª) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Aos três (3) dias do mês de março de dois mil e vinte e seis (2026), às nove horas e quarenta e dois minutos (9h42), reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis em Sessão Ordinária, no Plenário Teotônio Vilela, sob a Presidência da vereadora Andreia Rezende, secretariada por Jean Carlos, José Fernandes, Ananias Júnior e Reamilton do Autismo. Estiveram presentes ainda: Alex Martins, Cabo Fred Caixeta, Capitã Elizete, Cleide Hilário, Domingos Paula de Souza, Elias do Nana, Frederico Godoy, Jakson Charles, João da Luz, Luzimar Silva, Policial Federal Suender, Rimet Jules, Seliane da SOS, Thaís Souza e Wederson Lopes. Justificaram ausência: Professor Marcos, Leitão do Sindicato. À hora determinada, o senhor presidente em exercício, vereador José Fernandes, solicitou que fosse realizada a verificação dos presentes. Constatado o quórum suficiente, declarou aberta a Sessão. - **PEQUENO EXPEDIENTE:** O senhor presidente em exercício solicitou ao vereador Elias do Nana que fizesse a leitura do texto bíblico. Também solicitou ao senhor primeiro secretário, vereador Jean Carlos, que fizesse a leitura da Síntese da Ata da Sessão anterior. A ata completa foi colocada à disposição dos senhores e senhoras vereadores e aprovada. Foram lidos projetos e encaminhados às Comissões: **1- Projeto de Lei Ordinária 30/2026**, de autoria do vereador Policial Federal Suender. Dispõe sobre a proibição do constrangimento, da intimidação e da ofensa aos vigilantes no exercício de suas funções no Município de Anápolis, estabelece sanções administrativas e dá outras providências. **2- Projeto de Lei Ordinária 31/2026**, de autoria do vereador Policial Federal Suender. Dispõe sobre o Programa Anápolis Ruído Zero, destinado à prevenção e repressão da poluição sonora causada por veículos automotores com escapamentos adulterados ou em desacordo com normas técnicas, e dá outras providências. **3- Projeto de Lei Ordinária 32/2026**, de autoria do vereador João da Luz. Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de Termo de Recebimento de Veículo por estabelecimentos que

realizem serviços automotivos no Município de Anápolis e dá outras providências. **4- Projeto de Lei Ordinária 33/2026**, de autoria da vereadora Capitã Elizete. Instituí, no âmbito do Município de Anápolis, diretrizes de prevenção e comunicação de situações de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos no âmbito dos condomínios residenciais, comerciais ou mistos, verticais e horizontais, e dá outras providências. **5- Projeto de Lei Ordinária 34/2026**, de autoria da vereadora Capitã Elizete. Institui a Política Municipal de Atenção Integrada à Saúde de Estudantes com Condições Crônicas e Necessidades Específicas na rede pública municipal de ensino de Anápolis e dá outras providências. **6- Projeto de Resolução 35/2026**, de autoria da Mesa Diretora. Dispõe sobre a criação da Procuradoria Especial do Idoso na Câmara Municipal de Anápolis. - Usaram a palavra: POLICIAL FEDERAL SUENDER: Cumprimentou os presentes e discorreu sobre o projeto de lei de sua autoria, denominado programa Anápolis Ruído Zero, destacando que a iniciativa atende a um clamor da sociedade contra a poluição sonora urbana causada por escapamentos de veículos adulterados. Ressaltou que a medida foca na fiscalização administrativa e ambiental, permitindo que cidadãos utilizem filmagens como prova para auxiliar na identificação e autuação dos infratores pelas autoridades municipais. Enfatizou que o município possui prerrogativa legal para legislar sobre questões ambientais e que o combate a essa poluição protegerá o bem-estar de idosos, doentes em hospitais, estudantes e o comércio local. - **GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram a palavra: RIMET JULES: Cumprimentou os presentes e conclamou os parlamentares a apoiarem a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar o caso conhecido como “Máscara Digital” ou “Anápolis na Roda”, que completaria um (1) ano. Afirmou que o escândalo envolveu perseguições a lideranças políticas, famílias e instituições religiosas, citando que investigações indicariam o envolvimento direto do chefe do Poder Executivo no direcionamento de ataques em redes sociais. Defendeu

ser dever moral do Legislativo fiscalizar o Executivo e buscar reparação para as vítimas, informando que o novo requerimento já contava com assinaturas de alguns colegas para sua devida instauração. - JOÃO DA LUZ: Cumprimentou os presentes e manifestou apoio à cobrança por fiscalização contra escapamentos adulterados apresentada pelo vereador Policial Federal Suender, lembrando que a prática é uma infração grave pelo Código de Trânsito Brasileiro, sujeita a multa de cento e noventa e cinco (195) reais e cinco (5) pontos na carteira de habilitação. Em seguida, apresentou um projeto de lei que institui a obrigatoriedade da emissão de um termo de recebimento de veículos por estabelecimentos de serviços automotivos, relatando ter sido inspirado por um sonho recorrente e por ocorrências reais de danos e furtos em oficinas. Explicou que o documento deverá conter dados detalhados, como quilometragem, nível de combustível e um checklist do estado do veículo, visando resguardar os direitos dos consumidores no município. - ELIAS DO NANA: Cumprimentou os presentes e criticou a qualidade dos serviços prestados pela empresa Equatorial em Anápolis, relatando que a concessionária realiza trocas de postes e podas de árvores, mas deixa vias e praças sem iluminação e descarta galhos de forma inadequada. Relatou a situação crítica de uma empresa local de fios cirúrgicos que, apesar de ter a estrutura elétrica pronta há cinco (5) meses, aguarda a ligação definitiva pela concessionária, o que gera um gasto diário de trezentos (300) litros de óleo diesel para manter geradores em funcionamento. Solicitou o apoio dos pares para cobrar eficiência da empresa, destacando o impacto negativo da demora na geração de empregos e nos custos operacionais. - JAKSON CHARLES: Cumprimentou os presentes e iniciou seu pronunciamento convidando a população de Anápolis para um debate permanente acerca da data-base dos servidores municipais e da sustentabilidade do Instituto de Seguridade Social de Anápolis (ISSA), afirmando que o tema não deve ser tratado apenas em períodos de reajuste salarial. Mencionou um áudio de uma ex-presidente de

sindicato que, ao reclamar de atrasos técnicos bancários em sua aposentadoria, demonstrou preocupação com a saúde financeira do município, o que reforçaria a necessidade de discutir o equilíbrio das contas públicas. Argumentou que, embora receba críticas por levantar o assunto no momento atual, a discussão é urgente e necessária para evitar que crises futuras comprometam o pagamento dos servidores. Ressaltou que o aumento vegetativo da folha de pagamento superou o crescimento da receita municipal nos últimos anos, informando que, atualmente, oitenta por cento (80%) da arrecadação própria do município está comprometida com o pagamento de salários. Esclareceu que a questão não reside nos cargos comissionados, que representam pouco mais de cinco por cento (5%) da folha e não possuem os benefícios dos planos de carreira, mas sim na estrutura de vencimentos criada há cerca de vinte e quatro (24) anos, que careceria de garantias reais de sustentabilidade a longo prazo. Manifestou sua preocupação com o futuro das aposentadorias, citando o exemplo de suas duas irmãs que são professoras de carreira, e defendeu que o Legislativo não pode se acovardar diante da necessidade de encontrar soluções responsáveis. Propôs a abertura de um diálogo franco e transparente por meio de uma comissão especial ou grupo de trabalho, envolvendo sindicatos, vereadores, o Poder Executivo e demais atores responsáveis, visando garantir tanto o equilíbrio financeiro municipal quanto a tranquilidade previdenciária de todos os servidores. - *Assumiu a presidência da Sessão a vereadora Andreia Rezende, presidente dessa Casa de Leis.* - **ORDEM DO DIA:** Foi feita a verificação dos presentes e constatado o quórum suficiente. A senhora presidente consultou o plenário sobre a inclusão na pauta do Projeto de Decreto Legislativo 416/2025, a pedido do vereador Ananias Júnior. A inclusão foi aprovada por unanimidade dos presentes. Houve votação de projetos: EM PRIMEIRA E ÚNICA VOTAÇÃO: **1- Projeto de Decreto Legislativo 14/2026**, de autoria do vereador Alex Martins. Concede o Título de Cidadão Anapolino ao Senhor Webert Leonardo Lopes da Silva

Santos e dá outras providências. Aprovado com dezoito (18) votos favoráveis e unanimidade dos presentes. **2- Projeto de Decreto Legislativo 416/2025**, de autoria da Mesa Diretora (co-autoria do vereador Ananias Júnior). Dispõe sobre a concessão de título de cidadania Anapolina ao Sr. João Batista Rodrigues. Aprovado com dezoito (18) votos favoráveis e unanimidade dos presentes. **3- Projeto de Decreto Legislativo 29/2026**, de autoria da Mesa Diretora. Dispõe sobre a concessão da Medalha Dulce de Faria alusiva ao Dia Internacional da Mulher e determina outras providências. Aprovado com dezoito (18) votos favoráveis e unanimidade dos presentes. - EM PRIMEIRA VOTAÇÃO: **1- Projeto de Lei Ordinária 403/2025**, de autoria da vereadora Seliane da SOS. Institui o Dia do Gari no Município de Anápolis e dá outras providências. Aprovado por unanimidade dos presentes. Foi votada emenda ao projeto original. - Houve votação de Requerimentos, Indicações e Moções. - **COMUNICAÇÕES:** Usaram a palavra: Rimet Jules, Alex Martins. Não havendo mais nada a se tratar, a senhora presidente declarou encerrada a sessão e convocou outra para o dia quatro (4) de março, em horário regimental. Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio e vídeo dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora dessa Casa de Leis.****

Andreia Rezende
Presidente

Jean Carlos
Primeiro Secretário

José Fernandes
Vice- Presidente

Professor Marcos
Segundo Secretário

Ananias Júnior
Terceiro Secretário

Reamilton do Autismo
Quarto Secretário